

Burguesia nacional e burguesia interna: elementos para a análise da atual fase do imperialismo

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Resumo:

Neste artigo, faz-se uma tentativa de discutir as contribuições de Nicos Poulantzas para o desenvolvimento da teoria do imperialismo, especialmente no que diz respeito a 1) determinações políticas e ideológicas desse novo estágio do capitalismo; 2) fases do imperialismo; 3) relações entre imperialismo e questões nacionais. Levando em consideração essas contribuições, analiso o conceito de burguesia interna. Finalmente, com base em uma comparação preliminar dos processos chinês e brasileiro, apresento algumas hipóteses teóricas e históricas sobre a burguesia nacional.

Palavras-chave: Imperialismo; Estado; burguesia nacional; burguesia interna; questões nacionais; Poulantzas.

National Bourgeoisie and Internal Bourgeoisie: Elements for an Analysis of the Current Phase of Imperialism

Abstract:

In this article, I discuss Nicos Poulantzas' contributions to the development of the theory of imperialism, especially with regard to: 1) the political and ideological determinations of this new stage of capitalism; 2) the phases of imperialism; 3) the relationships between imperialism and national questions. Taking into consideration those contributions, I analyze the concept of internal bourgeoisie. Finally, based on a preliminary comparison of the Chinese and Brazilian processes, I present some theoretical and historical hypotheses on the national bourgeoisie.

Keywords: imperialism; state; national bourgeoisie; internal bourgeoisie; national questions; Poulantzas.

A profusão de novos conceitos formulados por Nicos Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* (2019), publicado originalmente em 1968, não foi igualada

* Livre-docente em Ciência Política. Professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil. Editor da revista *Lutas Sociais*; autor de *Ideologia Nacional e Nacionalismo*, São Paulo: EDUC, 2014. End. eletrônico: luflavio40@gmail.com

por qualquer obra posterior do autor greco-francês. Mesmo assim, teorizações sobre o imperialismo apresentadas no início de *Fascismo e ditadura* (1970) e, mais ainda, em *Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (1974)¹, permanecem impressionantes. Poulantzas rompeu com um lugar-comum que consiste em considerar esse novo estágio do capitalismo como fundamentalmente imutável. Por meio de uma análise empírica muito bem feita do processo europeu ocidental, apresentou uma refinada periodização do imperialismo, procurando detectar suas diferentes fases. Para isso, mobilizou uma rede conceitual que não se limita às determinações econômicas, mas também leva em conta as jurídico-políticas e ideológicas. Antes de expor brevemente a periodização, explícito que, para os objetivos deste artigo, não considero relevantes as mudanças teórico-políticas efetuadas pelo nosso autor entre 1968 e 1974.

A periodização do imperialismo

Longe de cronológica linear, a periodização tampouco ignora a presença, nas formações sociais dependentes e nas metrópoles imperialistas, de relações sociais marcadas tanto pelo pré-capitalismo como pelo capitalismo “concorrencial” (Poulantzas, 1975, p. 47-48). Assinalam-se as seguintes fases: 1) transição do estágio “competitivo” para o imperialista (fim do século XIX – período entre as duas guerras mundiais); 2) consolidação do estágio imperialista (período entre guerras – término da segunda guerra mundial; 3) fase “atual” (para ele), que se “estabelece progressivamente durante a Guerra Fria” (1975, p. 48-49).

A palavra-chave da primeira fase é “equilíbrio instável”: entre o caráter competitivo e o monopólico da expansão capitalista; entre a proeminência da exportação de mercadorias e a de capitais como aspecto essencial do sistema; entre a dominância do político e a do econômico tanto no interior das formações sociais imperialistas como em suas relações com as dominadas. Nesta fase se constituiu a corrente imperialista (1975, p. 48).

A segunda fase foi marcada, nas metrópoles, pelo domínio do capitalismo monopolista sobre o competitivo, o que implica a dominância do político – e não mais do econômico – nestas formações sociais; porém, os processos de conservação econômica do capitalismo competitivo e de formas econômicas pré-capitalistas prevalecem sobre os processos de dissolução (1975, p. 48).

Durante ambas as fases, as formações sociais dependentes são inseridas de modo desigual na corrente imperialista, mas os vínculos entre os dois conjuntos se reproduzem, na maioria das vezes, como similares às relações campo-cidade, o que possibilita a predominância de relações sociais pré-capitalistas (1975, p.

¹ Utilizo, respectivamente, Poulantzas (1978; 1975).

46-49) nas formações sociais subordinadas. Já nos nexos entre as metrópoles imperialistas, as predominâncias se alternam e se determinam, sobretudo, pelo “ritmo de desenvolvimento do capitalismo” no interior delas e pelo “tipo de dominação e de exploração” que cada uma “impõe a seu império”. A única linha de demarcação forte determinada pela corrente imperialista é entre o campo das metrópoles e o das formações dominadas (1975, p. 48-49).

A terceira fase do imperialismo transcorreu progressivamente ao longo da Guerra Fria (após 1945). No campo das metrópoles, os impactos de dissolução do capitalismo competitivo e das formas pré-capitalistas predominaram, se bem que de forma desigual, sobre os de conservação, o que levou à subsunção ao capitalismo monopolista. Ocorreu importante mudança nas relações entre as metrópoles e as formações dominadas: o modo de produção capitalista das primeiras se reproduziu, sob uma forma específica, no interior das segundas (as dominadas e dependentes) e “esta *reprodução induzida* do MPC” estendeu-se ao “domínio de seus aparelhos de Estado e de suas formas ideológicas” (1975, p. 50)

Com o foco centrado nas metrópoles imperialistas, nosso autor observou, de modo bastante original, pelo menos duas importantes alterações. Uma se refere à nova “estrutura de dominação e dependência que a corrente imperialista” constituiu no interior do próprio campo metropolitano, ou seja, entre, de um lado, os EUA e, de outro, as antigas potências europeias ocidentais². Esta “hegemonia dos Estados Unidos” fundava-se em relações de produção nas demais formações sociais metropolitanas, relações marcadas pela dominação do capital monopolista daquele país no interior delas. Constituiu-se, desta forma, o que Poulantzas denominou “nova dependência”, a qual também implicava a reprodução ampliada, no interior destas formações sociais, “das condições políticas e ideológicas desse desenvolvimento do imperialismo americano” (1975, p. 50).

Em pleno processo de constituição da atual União Europeia (na época, Comunidade ou União Econômica Europeia), Poulantzas, recorrendo à forte pesquisa teórica e empírica, demarcava posição contra um grande número de partidos e autores, inclusive marxistas, que se entusiasmavam com uma pretensa “terceira força” capaz de afrontar o imperialismo estadunidense³. Isto implicava analisar as relações de classes no interior das formações sociais europeias ocidentais, em especial as frações burguesas. O que nos leva à importante segunda novidade formulada pelo nosso autor.

² Além do Japão, caso que ele considera bastante específico e cujo estudo explicitou que não fez.

³ Por exemplo, a este respeito, o capítulo intitulado “Os sinais da dominação do capital americano” (Poulantzas, 1975, p. 54-74).

A “atual” fase do capitalismo e a burguesia interna

Vimos acima que: 1) a corrente imperialista articula de modo desigual um crescente número de formações sociais; 2) em cada fase do imperialismo, esta articulação se transforma; 3) na fase que se iniciou após a Segunda Grande Guerra, ela adquiriu a forma de uma internalização da acumulação capitalista hegemônica no interior das demais formações sociais imperialistas, bem como de várias formações sociais dependentes.

Aprofundava-se a mutação do capitalismo, com a introjeção do imperialismo (sob hegemonia estadunidense) no interior de outras formações sociais, tanto metropolitanas como dependentes. Um dos impactos desta introjeção incidia, segundo Poulantzas, sobre o bloco no poder, com a potencialidade de constituição de uma nova fração de classe: a burguesia interna.

A conceituação poulantzana de burguesia interna foi parte de um trabalho teórico que passou por uma complexa análise da periodização do imperialismo. Não por acaso, em CSCH, a apresentação do conceito se faz no capítulo subsequente ao intitulado “A fase atual do imperialismo e a dominação dos Estados Unidos”⁴. Como afirmou Poulantzas – e voltaremos a isso no final deste artigo – “o conceito de burguesia interna remonta ao processo de internacionalização e não a uma burguesia ‘fechada’ em um espaço ‘nacional’” (1975, p. 80). As determinações econômicas que constituem a burguesia interna derivam, por um lado, da apropriação do excedente produzido pelos portadores da força de trabalho (em especial, mas não só, da formação social onde ela está enraizada) e, por outro, de seu envolvimento nas malhas da reprodução ampliada do imperialismo. A burguesia interna é fruto, *a partir da terceira fase do imperialismo*, deste processo de reprodução ampliada induzida, nas diversas formações sociais metropolitanas europeias⁵ (além de várias dependentes), do capital imperialista predominante.

Não é o caso da burguesia nacional. Esta se remete a uma fase anterior, em um sentido fundamentalmente estrutural e não cronológico, que sinaliza forte presença de relações de produção pré-capitalistas, fraca estruturação de um Estado burguês e uma formação ideológica que acentua, de múltiplos modos, a peculiaridade étnica e, ao menos potencialmente, a superioridade civilizacional, em relação ao opressor imperialista. Esses aspectos criam as condições para uma ampla interpelação ideológica de tipo nacionalista, fundamentalmente burguesa, que, dependendo da correlação de forças, ao ser apropriada pelas classes populares, pode se transmutar em anti-imperialismo.

⁴ E no capítulo em que trata do assunto, Poulantzas, logo após se reportar a definições de burguesia nacional e burguesia compradora, afirma que “podemos ver claramente que esses dois conceitos não permitem analisar as burguesias das metrópoles imperialistas em face do capital americano, na fase atual do imperialismo” (Poulantzas, 1975, p. 77; grifos meus).

⁵ E da japonesa.

Devido à reprodução do capital estadunidense no interior das próprias formações sociais metropolitanas, a burguesia interna está “imbricada por múltiplos elos de dependência” nos “processos de divisão internacional do trabalho e de concentração internacional do capital sob a dominação” daquele mesmo capital. Além do mais, “em razão da reprodução induzida das condições políticas e ideológicas desta dependência”, esta fração burguesa “é afetada por efeito de dissolução de sua autonomia político-ideológica em face do capital americano” (Poulantzas, 1975, p. 77).

A burguesia interna não preexiste à, mas é estruturalmente determinada pela nova intensidade e qualidade da expansão da corrente imperialista. Mais ainda: é um aspecto desta expansão; é constitutiva de novíssimos elos, menos toscos do que os de fases anteriores. E, na medida em que o envolvimento das formações sociais nas malhas do processo de reprodução do imperialismo é mais profundo, as burguesias internas, quando se constituem, ou seja, quando se tornam forças sociais distintas, o fazem sobre bases muito mais turbilhonantes, que as tornam bem mais vulneráveis e mutáveis. A “desarticulação e heterogeneidade da burguesia interna” explicavam “a fraca resistência, com seus diversos desníveis, dos Estados europeus em face do capital americano” (1975, p. 80).

Esta é a razão pela qual – a menos que se reformule o conceito – um grave erro teórico-metodológico consiste em iniciar o estudo da burguesia interna pela sua identificação empírica, tentando verificar seus atributos por meio do cotejo com as burguesias nacionais. Trata-se de apreender o processo de internacionalização do capitalismo, em cujo bojo a burguesia interna se constitui e se redefine. Dependendo da conjuntura, alguns de seus segmentos podem assumir posições que se aproximem daquelas de alguma burguesia nacional (até porque, aqui, a variedade tampouco é desprezível), mas a comparação direta, tanto em uma formação social metropolitana europeia como em uma dependente, é fraca, pois o processo de constituição é outro.

PPCS contém uma tese histórica ousada, em estreita relação com suas formulações teóricas: as burguesias não ocuparam posição de liderança nas revoluções burguesas (Poulantzas, 2019, p. 171-187). A importante razão estrutural desta falta de protagonismo deveu-se à inexistência de um Estado burguês, ou seja, de uma estrutura jurídico-política congruente com a reprodução ampliada das relações sociais capitalistas. Revoluções burguesas, independentemente de sua plenitude, não são burguesas porque lideradas pela burguesia, embora esta seja a principal “beneficiária” do processo. São burguesas porque: 1) redundam na criação de um Estado burguês, ou seja, que constitua a todos os agentes como cidadãos livres e iguais e 2) os postos de seu aparelho se apresentam formalmente como acessíveis a todos os cidadãos por um critério de mérito; 3) esta

interpelação jurídico-política de todos os agentes como cidadãos é “cimentada” por uma ideologia nacional.

À luz dessa teorização, cabe analisar o mais importante caso de participação da burguesia nacional em um processo revolucionário dirigido por forças que buscaram uma transição para o socialismo: o processo revolucionário chinês. E, em seguida, cotejá-lo com um processo de revolução burguesa na América Latina, o brasileiro, de modo a examinar se neste caso também ocorreu a presença de uma burguesia nacional. A expectativa é que este cotejo contribua para sugerir que um enlace de determinações estruturais e conjunturais favoreceu, na China, a existência de uma burguesia nacional que participou em, no mínimo, um momento decisivo do processo revolucionário na primeira metade do século XX. Em contrapartida, um enlace distinto não propiciou essa presença no processo brasileiro. Na última parte, elaboro algumas hipóteses preliminares sobre as implicações do referido processo chinês na (e para a) atual fase do imperialismo.

Antes, uma observação. Este esboço passa longe de qualquer pretensão de fazer sinologia, tarefa desempenhada por inúmeros especialistas de extrema competência.

Passemos ao rápido cotejo.

Dois tipos de revolução

No Brasil, em 1888-1891, ocorreu uma revolução que, ao derrubar o sistema escravista, estabeleceu os pilares jurídico-políticos de um Estado de tipo burguês⁶. Um Estado nacional soberano, portanto cioso de sua territorialidade, inclusive bem sucedido em diversos litígios de fronteira e na manutenção da soberania sobre a parte da Amazônia que estava sob sua jurisdição. Internamente, o coronelismo era extremidade de uma rede de poderio que, partindo da Presidência da República, passava pelos governadores e chegava até os coronéis dos mais distantes rincões do país (Nunes Leal, 2012, p. 59).

Na China, ao contrário, durante os 38 anos que separaram a derrubada do Império, em 1911, e a vitória da revolução socialista em 1949, não houve revolução burguesa e a desestruturação do Estado impossibilitava a unidade da formação social⁷. Onde as dinastias foram seculares, a primeira metade do século XX passou velozmente até que um ordenamento sociopolítico se definisse amplamente: proclamação da República em 1911; arremedo de centralização

⁶ Tese magistralmente desenvolvida por Décio Saes (1985).

⁷ Na falta de espaço cito apenas dois autores (Moore Jr. 1983, p. 165-228) e Sheridan (1975) que, a partir de diferentes perspectivas teóricas fornecem elementos importantes para a abordagem desta ausência de estruturação.

política com Yuan Shikai (1912-1916); descentralização e divisão do país entre os senhores da guerra (1916-1928); brevíssima unificação política sob a ditadura profascista do Kuomintang (1928-1937)⁸, atropelada, já em 1931, pela invasão japonesa à Manchúria, que, no ano seguinte, foi transformada em um Estado fantoche; nova e altamente destrutiva invasão japonesa em 1937, com a ocupação de imensa parcela da China, grandes cidades costeiras inclusas, o que levou à instável divisão do país em três partes: uma controlada pelo Kuomintang, outra pelo invasor e a terceira pelo Exército Popular de Libertação. Ao longo desse período se produziu um festival de Constituições, todas elas de mínima ou nula eficácia prática no que se refere à estruturação do aparelho de Estado ou das relações de produção.

Desde o século XIX, o Estado imperial chinês sofreu uma forte sequência de amputações territoriais efetuadas, com diversos pretextos e formas jurídicas, por todas as grandes potências imperialistas. Foi o tempo dos portos abertos, concessões, estabelecimentos, zonas ferroviárias com estatuto especial e mesmo anexações coloniais. Em diversos deles, o aparato repressivo, a cobrança de impostos, o serviço de correios, a política tarifária e a emissão de moedas eram apropriados pelas potências imperialistas (Chesneaux, 1998, p. 21 e ss.). Esta mutilação da soberania também era imposta ao Estado chinês no próprio bairro de Pequim onde se situavam as legações estrangeiras. E, por diversas vezes, canhoneiras de Estados imperialistas seguiam o contrafluxo dos grandes rios para realizarem missões “educativas” mais para o interior da China. Como afirmou Mao Zedong em 1940, nos territórios ocupados, a sociedade chinesa era “de caráter colonial”; nos não ocupados, “semicolonial” (2006, n. p.)⁹; e “em ambos os lados predominava o sistema feudal” (2006, n. p.)¹⁰.

Durante a República Velha brasileira, adquiriu densidade um bloco no poder sob a hegemonia da grande burguesia mercantil-bancária, voltada para a exportação de café¹¹, importação de produtos industrializados e atividades de crédito (Silva, 1976). Esta, em aparente contradição, ao mesmo tempo em que resguardava para si os benefícios da intervenção estatal, era visceralmente livre-

⁸ Perry Anderson (2010, p. 59) observa que “Chiang Kai-shek jamais controlou mais da metade das dezoito províncias tradicionais da China”.

⁹ Neste sentido, a expressão “semicolônia”, para além de sua conotação político-ideológica, pode também ter um significado teórico ao sinalizar formações sociais estatais com déficits explícitos de sua soberania em um ordenamento internacional marcado pela dominância do modo de produção capitalista.

¹⁰ Não analiso aqui os alcances e limites da severa crítica que Moore Jr. (1983:166 e ss.) fez ao uso, por marxistas, do conceito de feudalismo em relação à China. Apenas observo que o autor não expressava qualquer dúvida acerca do caráter pré-burguês das relações sociais na China durante o período em questão.

¹¹ Em outros estados, exportação de cacau e algodão.

-cambista, o que, no contexto, implicava repúdio a políticas de desenvolvimento capitalista industrial. Por sua vez, a burguesia industrial, dependente, sob os mais diversos aspectos, da mercantil-bancária, não disputou esta hegemonia com vistas à implementação de uma política de Estado alternativa. Nem ela nem, muito menos, a burguesia mercantil-bancária tomaram qualquer iniciativa de se articularem ao movimento operário. Mesmo ao longo do processo de transição para o capitalismo industrial e dependente, que se efetivou na segunda metade dos anos 1950, as práticas dessa burguesia nativa ou doméstica não favorecem o recurso ao conceito de burguesia nacional (Almeida, 2014 p. 35-64; p. 233-273).

Na China, a ausência de um Estado burguês com razoável grau de estruturação freava a organização de um bloco no poder que organizasse as relações entre as diferentes e contraditórias frações burguesas e mesmo classes sociais de caráter pré-capitalista. Nas cidades de portos abertos, onde transcorreu a chamada Idade de Ouro da burguesia chinesa (1911-37), se, por um lado, as indústrias produziam fundamentalmente bens de consumo, por outro, estimularam a formação de um operariado, da pequena burguesia mercantil e da classe média. Segmentos de todo esse leque de classes foram sensíveis às influências culturais e políticas tanto das metrópoles imperialistas como das revoluções de 1917, especialmente da bolchevique¹². A articulação desse processo de mudança com a permanência de fortes tradições, inclusive no que se refere à interação de capitalistas e trabalhadores diretos, bem como de distintos tipos de capitalistas, teve importantes desdobramentos culturais que não foram indiferentes aos conflitos com o imperialismo, os quais, como observou Mariátegui (1988, p. 88), não tiveram paralelo na América Latina.

A classe dominante brasileira era constituída de descendentes de portugueses. Após três séculos sob o jugo da metrópole, esses *criollos* se insubordinaram (B. Anderson, 2001; 1993, p. 77-101). A consolidação da independência foi marcada por guerras internas contra revoltas das classes dominadas em diversas regiões do país e, por sete décadas, os dominantes não promoveram nem toleraram qualquer alteração substancial nas relações de exploração e dominação. Tampouco protagonizaram – muito pelo contrário – qualquer choque cultural, em nome de uma pretensa civilização autóctone, com a antiga metrópole nem, muito menos, na aurora do imperialismo, com as grandes potências “ocidentais”. A estruturação, no final do século XIX, de um Estado burguês que se adiantava ao amplo desenvolvimento de relações de produção capitalistas (Saes, 1985), abriu espaço para a segregação dos povos autóctones e uma espécie de cidadania de segunda classe para os amplos contingentes de ex-escravos de ascendência africana.

¹² No que se refere à influência “ocidental”, especialmente dos EUA sobre empresários chineses, Bergère et al. (1985). Em um escopo social mais amplo, Zarrow (2005, p. 145-229).

Os membros da classe dominante chinesa estavam longe de se considerarem criollos em luta contra os colonizadores dos quais descendiam e cujos padrões culturais adotavam (B. Anderson, 1993; 2001)¹³. Mesmo após importantes processos seculares de aculturação, amplos contingentes do “Império do Meio” se imaginavam pertencentes a uma civilização distinta e superior à dos opressores imperialistas. A própria dinastia Kin, que remonta a 1644, tomou a iniciativa, na passagem do século XIX para o XX, de também promover um “nacionalismo oficial”, dirigido a partir do alto, com vistas a imprimir um caráter nacional chinês a todos os povos dos territórios sob seu comando e às minorias mais ou menos dispersas pelo espaço ocupado majoritariamente pela etnia Han (B. Anderson, 1993, p. 77-101; 2001, p. 15-20)¹⁴.

Durante a República Velha brasileira, a política de Estado negava qualquer legitimidade às lutas das classes dominadas, mesmo quando, no caso do movimento operário, elas se limitavam predominantemente à dimensão econômico-corporativa. Revoltas populares, como a da Vacina¹⁵, no Rio de Janeiro, e a de Canudos, no interior da Bahia, foram sangrentamente reprimidas. Nenhuma delas conseguiu, na época, qualquer apoio por parte de outras classes e camadas sociais. Tampouco nas lutas que envolveram relações de raça e gênero, houve participação policlassista. Praticamente sem conflitos externos importantes, a questão nacional era pensada predominantemente em termos de como resolver “o problema” gerado pela composição racial da maioria da população brasileira¹⁶.

Na China, a opressão direta do imperialismo, especialmente nas grandes regiões metropolitanas onde havia áreas de influência, fazia com que lutas de diversos tipos, ao mobilizarem a repressão estrangeira, adquirissem um caráter político mais imediato, ativando o nacionalismo e mesmo adquirindo uma feição anti-imperialista. Isto favoreceu a emergência de lutas policlassistas.

O contexto chinês, marcado pelas condições político-ideológicas mencionadas acima, era propício à existência de segmentos burgueses nacionais, ou seja, empresários mais enraizados na trama produtiva interna ao país e que, no turbilhão social da primeira metade do século XX, adotaram em certas conjun-

¹³ Na tentativa de atribuir uma generalidade planetária ao conceito, talvez Benedict Anderson não leve em conta o caráter epidêmico da apropriação ideológica de traços culturais dos dominados em países marcados pelo escravismo, com especialíssimo destaque para o Brasil.

¹⁴ Longe de qualquer essencialismo, cabe observar que a etnia Han também foi socialmente produzida (Zarrow, 2005 p. 55), processo ainda em curso (Anderson, 2001).

¹⁵ As relações entre, por um lado, a modernização do porto do Rio de Janeiro e o novo traçado urbano e, por outro lado, o tipo de dependência da formação social brasileira, ficaram obscurecidas inclusive porque a feroz repressão à revolta foi exercida pelo Estado nacional brasileiro. A este respeito, ver o pequeno grande livro de Sevcenko (1984).

¹⁶ Paulo Prado (1997) soube expressar nitidamente este preconceito, cuja presença em um importante jornal foi analisada por Maria H. Capelato e Maria L. Prado (1980).

turas, até por falta de maior organicidade, posições favoráveis a uma luta anti-imperialista. Em um período no qual as rivalidades interimperialistas levaram a duas guerras mundiais, inclusive membros da burguesia compradora, dependendo do alinhamento preferencial com esta ou aquela potência, aderiram, em certas circunstâncias, a movimentos que se chocavam mais diretamente com outra.

Em 4 de maio de 1919 eclodiu uma greve de estudantes da Universidade de Pequim contra a decisão tomada pela Conferência de Versalhes, que transferiu para o Japão a província de Shandong, antes em posse dos alemães. Foi o início de um extraordinário movimento policlassista, de protesto contra o imperialismo¹⁷, do qual participaram desde operários, trabalhadores e proprietários do pequeno comércio, passando por gangues urbanas e prostitutas, até segmentos da burguesia compradora (Chesneaux, 1998). Para isto contribuiu, entre diversos outros fatores, o ressentimento dos capitalistas chineses contra “aspectos raciais do privilégio imperialista na China” (Coble Jr, 1980, p. 26)¹⁸.

Já o Movimento de 30 de Maio de 1925, que se estendeu a abril de 1927, começou com uma greve operária na zona de Shanghai controlada pelo Japão, onde um operário foi morto à bala; protestos anti-imperialistas, cerco a uma delegacia, disparo pela polícia britânica, que matou 10 operários e feriu bem mais; propagação de greves e protestos por todas as grandes cidades; massacre por soldados franco-britânicos de operários em Cantão, o que contribuiu para a expansão do movimento; novas matanças de manifestantes, greve de mais de 100 mil trabalhadores na colônia britânica de Hong-Kong. A este protagonismo dos trabalhadores, sob a direção do PCC (e do Kuomitang), somou-se a participação de outras classes populares urbanas, da burguesia nacional e de segmentos da burguesia compradora.

O procedimento comparativo utilizado aqui, além de partir de abordagens teórico-históricas, está longe de considerar que um breve cotejo dos processos chinês e brasileiro esgote um complexo leque de questões.

Relações de dependência, lutas de classes e transições

Quase simultaneamente, enquanto a China, uma formação social semicolonial, foi palco de profunda tentativa de revolução socialista, no Brasil a transição foi outra: a formação social brasileira, ao longo de três décadas de redefinição da dependência em relação ao imperialismo, a formação social brasileira não foi

¹⁷ Em Xangai, que parou totalmente durante uma greve geral, até a Federação do Comércio, em cuja direção estavam importantes membros da burguesia compradora, não pôde deixar de aderir ao movimento (Bergère, 1986, p. 215-221).

¹⁸ Coble Jr. (1980, p. 27) observa que “a Associação dos Contribuintes Chineses lutou fortemente contra o ‘European only’ dos parques, clubes e escolas”.

cenário para relevantes processos de constituição de uma burguesia nacional. Na América Latina, este tipo de transição se restringiu a outros dois países, Argentina e México, também pouco propícios à conceituação de semicoloniais.

Foi no transcurso do processo chinês, ao longo da primeira metade do século XX, que a burguesia nacional se tornou ampla e duradoura referência de uma burguesia revolucionária para a maior parte da esquerda mundial. Destaque-se que não se tratou de uma inserção bem estabelecida em uma formação social burguesa consolidada.

A posição pendurar da burguesia nacional é sujeita a coordenadas objetivas. Para que ela adira às forças voltadas contra a inserção colonial e/ou semicolonial e que também lutam por profundas transformações sociais, é preciso que, além de motivada para se aliar a elas, esteja impedida, em razão de constrangimentos econômicos, políticos e ideológicos, de fazer o contrário. Mesmo que sob a chibata do Kuomintang, em uma tentativa de transição pelo alto.

O Partido Comunista Chinês, ao dirigir um Exército Popular de Libertação vitorioso militarmente e dotado de imensa legitimidade junto à esmagadora maioria das classes populares, a começar pelo campesinato, teve condições para “reduzir” a burguesia nacional à condição de integrante de uma frente única de libertação nos quadros de uma democracia de novo tipo com vistas à transição para o socialismo. Os membros da burguesia nacional, como proprietários privados (ou melhor, particulares), desapareceram.

A este respeito, vale a pena examinar um relatório que teve formidável importância tática e estratégica: “A situação atual e as nossas tarefas”, apresentado ao Comitê Central do Partido Comunista Chinês em 25 de dezembro de 1947. Nele, Mao Zedong (1979), sempre se referindo criticamente ao que considerava desvios esquerdistas dos anos 1931-1934¹⁹, reafirmava a importância de se estatizarem grandes empresas antes pertencentes à burguesia burocrática, ou seja, ao “grande capital monopolista que tinha se organizado durante a República de Nanquim” (1979, p. 249-251). Na fase da nova democracia, que se deveria distinguir claramente da socialista, “após a vitória da revolução em todo o país”, também haveria “uma economia agrícola libertada do feudalismo” (1979, p. 251), que, ainda por muito tempo, permaneceria “fundamentalmente dispersa e individual” até passar a ser “conduzida gradualmente pela via da cooperação” (1979, p. 251-252). Após retomar suas insistentes observações acerca do caráter dubio e, portanto, perigoso da burguesia nacional, ele concluía que, “*nestas circunstâncias*, os setores capitalistas pequeno e médio”, este último constitutivo da burguesia nacional, deixariam de apresentar “qualquer perigo” (1979, p. 252, grifos meus).

¹⁹ Segundo Lieberthal (2008, p. 213), Mao Zedong, ao citar diplomaticamente uma data mais recuada, queria se referir a um período recentíssimo: 1945-1946.

De fato, esse “setor” foi bastante favorecido, inclusive no que se refere às relações entre capital e trabalho, o que contribuiu para que se consolidasse a vitória na guerra civil. Basta mencionar que “a economia urbana herdada pelo Partido Comunista foi devastada pela guerra e hiperinflação crônica” e que, “em 1949, a produção industrial só foi um pouco mais da metade do nível do pré-guerra” (Brugger; Reglar, 1994, p. 15). Mas entre este mesmo ano e 1952, “a taxa de investimento cresceu, em relação ao PIB, 26%, um nível muito elevado para um país tão pobre, e 80% dos investimentos foram consagrados à indústria, de modo que a produção industrial aumentou 54%” (Aglieta; Bai, 2012, p. 75-76).

Em 1952, o valor da produção industrial se repartiu entre empresas socialistas²⁰, com 56%; empresas mistas, 5%; empresas privadas, que produziam sob encomenda do Estado, 21,9%; e empresas capitalistas que se encarregavam de escoar o que produziam, 17,1% (Guillermaz, 1979, p. 113).

As “novas circunstâncias” criadas pela Guerra da Coreia, quando a China teve de enfrentar diretamente a potência líder do campo imperialista, constituíram um grande estímulo para que se ampliasse mais rapidamente o número de empresas sob controle estatal (Aglieta; Bai, 2012, p. 79). Os remanescentes da burguesia nacional foram estimulados a repassar suas propriedades para o Estado em troca de indenização, durante muitos anos, de cerca de 5% dos lucros de suas ex-empresas, indenizações que “deveriam reinvestir em títulos do Estado” (Guillermaz, 1979, p. 113). Muitos deles ficaram por lá, “como diretores e técnicos assalariados, enquanto o Estado pudesse formar pessoal politicamente seguro e profissionalmente qualificado” (1979, p. 113).

Também existe um quase consenso entre os estudiosos em relação ao desaparecimento, por volta de 1955, da burguesia chinesa como “força social significativa” (Aglieta; Bai, 2012, p. 77), em sincronia com a ruptura de estruturas semicoloniais num processo revolucionário. Ocorreu importante e rápida extinção do que havia de estatuto jurídico e ideológico da propriedade capitalista e, com isso, do grupo social remanescente de processos inconclusos de constituição de uma burguesia.

Aqui é importante recorrer à análise marxista mais rigorosa e não confundir classes com grupos sociais nem restringi-las a uma única dimensão. Um estudo das primeiras deve levar em conta a transformação dos lugares estruturalmente – econômica, política e ideologicamente – determinados dos agentes no processo de produção (Bettelheim, 1976, p. 40-54; 1973, p. 75-102).

²⁰ Do ponto de vista teórico que adoto, estatizadas.

Lutas de classes, teoria e ideologia

A partir da Guerra Civil, em todas as fases do processo revolucionário chinês ocorreram, no mundo fabril, de modo mais ou menos espontâneo, resistências proletárias ao exercício da dominação de classe, especialmente nas relações de produção e, no interior destas, das de apropriação real. O estranho seria que, em um momento de intensificação daquele processo, proletários não as contestassem e que estes embates jamais se politizassem. É importante reconstituí-los, de preferência evitando o risco de reduzir um processo extremamente complexo a uma contradição simples que se reproduz como igual o tempo todo.

Sob este aspecto, a Revolução Cultural, independentemente de seus descarrilhamentos, tinha raízes profundas²¹. Expressavam e reforçavam lutas pela continuidade da construção do socialismo, para o qual a “mera” expropriação jurídica dos meios de produção não basta. É preciso revolucioná-los para que sejam efetivamente revolucionadas as relações de produção, assegurando-se as condições para que os proletários e proletárias assumam a direção coletiva do processo de produção. O que implicava, em ritmos e modos diferenciados, a revolucionarização também dos aparelhos ideológicos de Estado, todos eles atravessados pela separação trabalho manual-trabalho intelectual, direção e execução.

Discernir com maior clareza esses sérios obstáculos a um processo radical de transformação foi um importante mérito da Revolução Cultural Proletária. O fracasso político em combatê-los deixou fortes sequelas em todos os movimentos e organizações que buscavam, até o final dos anos 1970, impulsionar lutas radicalmente voltadas para o socialismo, justo quando a própria necessidade de unificá-las em novos e melhores termos se tornava premente.

Foi uma derrota estratégica de tal porte que aqueles obstáculos desapareceram do campo de visibilidade social e se transformaram em virtude pelos dirigentes da nova ordem. Derrota política e também teórico-ideológica que bloqueou a atenção para as novas *condições* de existência da burguesia, ou seja, de novos funcionários do capital. Atenção imprescindível para o exame de como se reconfiguram as relações de classes na atual fase do imperialismo.

A este respeito, limito-me a explicitar a algumas hipóteses que orientaram o presente texto. No processo chinês, especialmente após 1949, a dimensão “endógena” foi extremamente importante. Numa formação social praticamente fechada em relação ao imperialismo desde o final da década de 1940, criaram-

²¹ Jackie Sheehan (1998), que faz muita falta, apresentou, em outro registro teórico, um levantamento de resistências operárias, bem como da repostas que estas suscitaram, ao longo do período 1949-1994.

-se, com avanços e recuos, condições extremamente favoráveis a uma profunda tentativa de transição para o socialismo. Mas que chegaram a impasses e derrotas cujos determinantes merecem novas análises que levem em conta as pesquisas sobre um processo ainda em curso. Sem isso, fica difícil a apreensão das novas configurações do imperialismo.

Foi no processo chinês, ao longo da terceira fase desse estágio, que prevaleceu a tendência à constituição de uma fração de classe que Poulantzas negou – com razão – que existisse nas formações sociais marcadas pela forte presença da burguesia interna: “uma burguesia ‘fechada’ em um espaço ‘nacional’” (1975, p. 80)²². Não me refiro aos estilhaços de burguesias nacionais dos anos 1940 (ou mesmo, 1950-1960), mas aos ocupantes dos lugares de gestores do capital criados praticamente em estufa após a derrota da Revolução Cultural, no bojo da chamada “política das quatro modernizações”. Em outros termos, é possível avançar a hipótese de que, na China, o fracasso da Revolução Cultural deixou o caminho aberto para a formação de uma burguesia nacional de novo tipo, sob a proteção de uma ousada articulação partido-Estado possuidora de grande capacidade hegemônica. Em sua quarta fase, o imperialismo se expandiu enormemente. O processo chinês pós-Revolução Cultural foi parte disso em um momento no qual a unidade predominou sobre a contradição.

A depender das novas modalidades de inserção, as quais implicam correlações de forças nos planos nacional e internacional, não é impossível que neste mesmo processo se criem e se redefinam condições para a existência de uma burguesia interna. Questão que interessa aos proletários e proletárias de todo o mundo.

Longe de chegar ao fim ou se repetir, a História se desdobra.

Referências

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 2014.
- AGLIETA, Michel; BAI, Guo. *La voie chinoise – capitalisme et empire*. Paris: Odile Jacob, 2012.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- _____. Nacionalismo ocidental y nacionalismo oriental. Hay alguna diferencia importante? *New Left Review en Español*, Londres, n. 9, 2001.

²² Na qual se pode inserir “cum grano salis” o forte segmento integrante da “diáspora chinesa”.

- ANDERSON, Perry. Dos revoluciones: notas de borrador. *New Left Review*, Londres, n. 61, 2010.
- BERGÈRE, Marie-Claire. *L'Âge d'or de la bourgeoisie chinoise (1911-1937)*. Paris: Flammarion, 1986.
- _____ ; CASTELINO, Noël; HENRIOT, Christian; YIN-HO, Pui. Essai de prosopographie des élites shanghaiennes à l'époque républicaine, 1911-1949. *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*, Paris, n. 4, 1985. Disponível em https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1985_num_40_4_283208. Acesso em 10 Fev. 2018.
- BETTELHEIM, Charles. *Révolution Culturelle et organization industrielle en Chine*. Paris: Maspero, 1973.
- _____. *As lutas de classes na União Soviética*. vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BRUGGER, Bill; REGLAR, Stephen. *Politics, Economy and Society in Contemporary China*. Londres: MacMillan Press, 1994.
- CAPELATO, Maria H.; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CHESNEAUX, Jean. *Le mouvement ouvrier chinois de 1919 à 1927*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.
- COBLE JR, Parks M. *The Shanghai Capitalists and the Nationalist Government (1927-1937)*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- GUILLERMAZ, Jacques. *Le Parti Communiste Chinois au pouvoir*. vol. 1. Paris: Payot, 1979.
- LIEBERTHAL, Kenneth. Mao versus Lin? Policy towards industry and commerce, 1946-49. In: BENTON, Gregor (ed.). *Mao Zedong and the Chinese Revolution*. vol. 1, *Politics and Strategies*, 1919-49. Abindon: Routledge, 2008.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. Punto de vista anti-imperialista. In: *Ideología y política*. Lima: Empresa Editora Amauta, 1988.
- MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: UNICAMP, 2019.
- _____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

- _____. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- SEVCENCKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SHEEHAN, Jackie. *Chinese Workers: a New History*. Abingdon: 1998.
- SHERIDAN, James. *China in Desintegration: The Republic Era in Chinese History (1912-1949)*. New York: The Free Press, 1975.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- ZARROW, Peter. *China in War and Revolution (1895-1949)*. Abingdon: Routledge, 2005.
- ZENDONG, Mao. A Nova Democracia na China. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm> Acesso em 26 Out. 2018.
- _____. Situação actual e as nossas tarefas. In: *Mao Tsetung: obras escolhidas*. Tomo 4. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.